

JOÃO GUILHERME WALSKI DE ALMEIDA

BIOPOLÍTICA, ESTADO DE EXCEÇÃO E DIREITOS HUMANOS

CURITIBA

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

BIOPOLÍTICA, ESTADO DE EXCEÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Monografia apresentada pelo acadêmico João Guilherme Walski de Almeida como requisito parcial para a obtenção do diploma de bacharel em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscilla Placha Sá

**CURITIBA
2014**

TERMO DE APROVAÇÃO

BIOPOLÍTICA, ESTADO DE EXCEÇÃO E DIREITOS HUMANOS

JOÃO GUILHERME WALSKI DE ALMEIDA

Monografia apresentada em ____/____/____

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do diploma de bacharel em Direito – Habilitação em Direito do Estado, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Dr.^a Priscilla Placha Sá (UFPR)

Dr. Jacson Luiz Zilio (UFPR)

Dr. Fábio da Silva Bozza (ICPC)

Dra. Katie Silene Cáceres Argüello (UFPR)

À Ligia, ao Junior, ao Gabriel e à Fernanda,
pelo amor nos tempos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Após 3 grandes anos de Ensino Médio cursados no Colégio Estadual do Paraná, a minha trajetória no Curso de Direito, a qual se encerra, ao menos simbolicamente, com a defesa da presente monografia, fica marcada como um período de mudanças.

O choque com as novas responsabilidades, a necessidade de trabalhar em tempo integral, os anos de dificuldade financeira e a perda de pessoas amadas tornaram o que já era complicado por si só ainda mais difícil. No entanto, quando desistir era a minha única certeza, houve quem me alertou que *era preciso continuar*.

Agradeço, então, à minha mãe, Ligia, ao meu pai, Ademar Junior e ao meu irmão Gabriel, por, mesmo com os tempos difíceis que passaram, nunca deixarem de rir comigo quando foi possível e de permanecer unidos quando foi preciso. À minha família, antes de tudo, o meu muito obrigado.

À Fernanda, minha companheira durante toda essa trajetória, por todos os momentos de alegria e pela insistência em fazer de mim uma pessoa melhor. Não fosse sua preocupação, a minha trajetória na UFPR sequer teria começado. Não fosse o seu amor, eu não teria concluído o trajeto.

Aos meus avós João, Maria e Gleide, *in memoriam*, que, penso eu, estariam felizes nesse momento e que, responsáveis pelas minhas melhores memórias, me ensinaram muito mais do que os cinco anos na Faculdade de Direito.

Aos meus avós Ademar e Mariane, minhas fontes de inspiração, pelo incentivo constante, pelas cobranças, sempre positivas e, sobretudo, por terem me ajudado tanto e por estarem presentes nos momentos em que eu mais precisei.

Aos meus tios Marcos, Fernanda e Camila e aos meus primos (e associados) Mirian, Marcelo, Diego, Manuel, Jackson, Dayane e Thaisa, por todo carinho.

Ao Thiago Piemontez, verdadeiro irmão, pelas infindáveis discussões, por todas as cervejas compartilhadas e por ter me ajudado praticamente todos os dias nesse curso. Uma verdadeira honra ser seu amigo.

Ao Marwan Glock Maltaca, parceiro de todas as horas, pela amizade inestimável. Ao Guilherme Grando, cuja parceria e ajuda ao longo desse curso

foram dignas de um irmão mais velho. Ao Giovanni Marçal, pela amizade desde os meus primeiros dias na Santos Andrade. Ao amigo Eduardo Zwierzikowski, pelas várias conversas sobre política e à Rafaella Krasinski pela grande amizade e pelos contrapontos tão necessários.

Aos amigos da Frente de Esquerda e de todos os coletivos da faculdade, que tanto me ensinaram.

Ao Professor Ricardo Prestes Pazello, por todos os ensinamentos, pela oportunidade de ser seu monitor, por me ensinar a pensar criticamente a realidade e, principalmente, pela amizade.

Aos Professores Jacson Zilio, Fábio Bozza e Katie Argüello pela disponibilidade em participar da banca, bem como pelas palavras gentis e incentivos verdadeiramente inspiradores.

Por fim, à Professora Priscilla Placha Sá, por toda a orientação deste trabalho, mas não somente. Agradeço pelas melhores aulas que tive nesta faculdade, por todas as discussões, por todos os novos horizontes que me mostrou e, sobretudo, pelo inconformismo de que tanto partilho. Muito obrigado.

Diante da saudade de tudo que passou e da insegurança com o que há por vir, a certeza de que sem vocês eu não teria conseguido.

Achar
a porta que esqueceram de fechar
O beco com saída
A porta sem chave
A vida

Paulo Leminski

RESUMO

O presente trabalho visa investigar o horizonte biopolítico trabalhado pelo teórico francês Michel Foucault e os novos sentidos atribuídos ao termo pelo filósofo italiano Giorgio Agamben. Para tais pensadores, a entrada da vida, principalmente em seu nível biológico, como centro das preocupações do poder consistiu na criação de um novo paradigma político para a modernidade, tendo em vista que a partir disto a vida ficou submetida à cálculos, estudos, exames e, na ótica agambeniana, à decisão soberana. Assim, pretende-se estudar os principais conceitos dos referidos autores quanto ao tema, de modo a tentar sistematizar o estudo da biopolítica. Quanto à obra foucaultiana, aborda o controle exercido sobre o sexo e a sexualidade; a disciplina da anátomo-política do corpo humano; as tecnologias de segurança; o surgimento do racismo de estado; as possíveis conexões entre a biopolítica e o liberalismo e as possibilidades de resistência. Em relação a Agamben, examina-se os conceitos de vida nua e homo sacer; de soberania e de Estado de exceção; assim como os campos e os direitos humanos, pondo em cheque, por fim, a verdadeira natureza de tais institutos à luz da filosofia crítica contemporânea.

Palavras-chave: Biopolítica. Estado de Exceção. Direitos Humanos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ANTES DE FOUCAULT: Outras Noções de Biopolítica	4
3. A BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT	8
3.1. Fazer viver e deixar morrer	9
3.2. A guerra de raças e o imperativo morte	14
3.3. Economia política e a governamentalidade liberal	17
3.4. Resistência e Liberdade	20
4. A BIOPOLÍTICA EM GIORGIO AGAMBEN	23
4.1. A trajetória biopolítica de Michel Foucault a Giorgio Agamben	23
4.2. A vida nua e o <i>homo sacer</i>	25
4.3. Soberania e Exceção	29
5. DIREITOS HUMANOS E TANATOPOLÍTICA	35
5.1. A Politização da vida	35
5.2. O campo como paradigma e a tanatopolítica	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar o conceito de biopolítica elaborado por Michel Foucault, observando os deslocamentos realizados pelo autor em sua obra e levando em conta, também, o ponto de vista de principais intérpretes. Na sequência, analisa-se o conceito de biopolítica de Giorgio Agamben, grande intelectual contemporâneo, cujo trabalho é fortemente influenciado por Carl Schmitt, Hannah Arendt e, principalmente, Michel Foucault. As perspectivas de Agamben também ensejam o último momento desta monografia, em que os direitos humanos são investigados como elementos essenciais para a biopolítica.

O capítulo inaugural visa compreender outras concepções de biopolítica, em períodos antecedentes ao trabalho foucaultiano. Assim, verifica-se que há 100 anos atrás a palavra "biopolítica" já era utilizada, embora com sentidos totalmente diferentes, variando desde movimentos ambientalistas a vertentes religiosas, dentre outros.

Com Michel Foucault, a biopolítica ganhou uma nova significação, vindo a se tornar um paradigma do pensamento crítico contemporâneo. A biopolítica, assim, é uma transformação radical no campo da política, em que a vida biológica da população se encontra no centro das preocupações dos mecanismos de controle. Assim, a disciplina do corpo individual e o controle regulatório da população seriam um ponto de convergência do biopoder. Analisa-se, também, a sexualidade e o sexo, levando em consideração os apontamentos realizados pelo francês quanto ao "dispositivo da sexualidade".

Foucault também entende, como se observa no curso "Em Defesa da Sociedade", que o biopoder consiste no corte entre o que "deve viver e o que deve morrer"¹, sendo uma alteração no discurso político militar dos séculos XVII e XVIII para um discurso racista-biológico de Estado, presentes, por exemplo na URSS e no nacional socialismo germânico.

O teórico também ensaia uma (possível) conexão entre a biopolítica e a economia liberal. Todavia, na obra denominada "O Nascimento da Biopolítica", Michel Foucault parece mudar de ideia quanto ao andamento do Curso, desviando

¹ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 304.

o caminho do curso, mas mantendo o nome. Embora o Curso não atinja o conceito de biopoder propriamente dito, a análise foucaultiana da influência da economia liberal no pensamento político e nas sociedades modernas são extremamente importantes e, sem qualquer sombra de dúvida, permanecem no pano de fundo para as discussões envolvendo o biopoder.

Ainda, o segundo capítulo versa, em sua última etapa, sobre o sentido da resistência e da liberdade no pensamento de Foucault, levantando, principalmente, as questões que permaneceram em aberto com a prematura morte do gênio francês.

O terceiro capítulo volta a atenção para a produção teórica do filósofo Giorgio Agamben, sobretudo no que toca ao conceito de biopolítica do autor italiano.

O capítulo apresenta, de início, as principais distinções entre a concepção foucaultiana e a concepção agambeniana de biopolítica. Assim, a partir das influências de Carl Schmitt e Hannah Arendt, a noção de poder e soberania de Agamben, drasticamente diferentes do que propunha Foucault, são trabalhadas durante o texto.

O primeiro elemento essencial da biopolítica de Agamben é a "vida nua". Analisa-se no trabalho o embrião deste conceito, desde Walter Benjamin, até as diferenças entre "bios" e "zoé" e a politização da vida através da sua matabilidade.

A vida nua é expressada por Giorgio Agamben na vida obscura do *Homo Sacer*, figura do antigo direito romano, cuja inclusão no ordenamento jurídico se dá por intermédio de sua absoluta matabilidade inconsequente.²

A famosa afirmação de Schmitt de que "soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção"³ provoca uma análise minuciosa sobre esta relação, levando a averiguar os fundamentos da soberania e as consequências da exceção. O fato de que o ordenamento encontra-se estruturado em cima de uma decisão e de que a exceção encontra-se situada no limiar entre fato e direito também são estudados neste momento do capítulo. Ainda, a questão da "polícia soberana", trabalhada por Giorgio Agamben em "Means Without Ends" é examinada.

² AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. Tradução de Henrique Burgo. 2ª ed. belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 16.

³ SCHMITT, Carl. **Teología Política**. Tradução de Francisco Javier Conde e Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009, p. 13

O capítulo derradeiro repousa suas atenções na crítica de Agamben aos direitos humanos, a partir de um diálogo com a filósofa Hannah Arendt.

Assim, verifica-se que, dentro da ótica agambeniana, os direitos humanos consistem em elemento fulcral na consolidação dos regimes biopolíticos, principalmente por operar a partir da cidadania, politizando a vida biológica desde o seu nascimento e servindo de preceito para a classificabilidade dos seres humanos.

O estudo da biopolítica vem se tornando cada vez mais relevante no cenário da (jus) filosofia. Assim, essa monografia busca sintetizar as bases desse pensamento, de modo a ajudar a compreender os fenômenos que possibilitam a existência de vidas humanas destituídas de valor, assim como se propõe a investigar o surgimento de um racismo de estado que objetiva a purificação a partir do extermínio do outro e de limpezas éticas e, ainda, dos fenômenos de controle sobre os indivíduos e populações, que buscam normalizar as condutas e a sexualidade.

2. ANTES DE FOUCAULT: Outras noções de Biopolítica

Ainda que atualmente os conceitos de biopolítica e biopoder estejam razoavelmente difundidos na Academia, pouco se discute sobre a utilização de tais terminologias no período que antecede a obra de Michel Foucault. Tendo em vista que se passaram aproximadamente 100 anos desde a primeira vez em que o termo "biopolítica" foi empregado, parece apropriado investigar o sentido atribuído a este em tempos passados.

Antes mesmo da criação do referido conceito, o estudo da "filosofia da vida" (*lebensphilosophie*) era uma importante escola filosófica da segunda metade do século XIX, cujos principais expoentes foram Arthur Schopenhauer, Friedrich Nietzsche e Henri Bergson, pensadores que, embora possuísem posições teóricas diferentes, persistiam com o entendimento da "vida" como categoria fundamental, compreendida como "existência orgânica", instinto, instituição, uma sensação ou uma experiência que se opõe ao "morto".⁴

A primeira aparição da palavra biopolítica remete à 1920, quando o Rudolf Kjellén, geógrafo e cientista político sueco, professor na Universidade de Uppsala, publicou uma série de trabalhos que tratavam a realidade do Estado como um organismo vivo. Embora outros pensadores de seu tempo também tivessem compreendido o Estado como uma "criatura viva", foi na obra "Esboço para um sistema da política", livro que sintetiza o pensamento de Kjellén, que o geógrafo inovou ao afirmar que a política havia se tornado uma atividade vital, criando assim novos termos que viriam a fazer partes de diferentes áreas do pensamento: a geopolítica e a biopolítica.⁵

Rudolf Kjellén afirmava que a biopolítica trataria da vida da sociedade, de seus conflitos de ideias e de interesse das classes e dos grupos que ameaçam o corpo social.⁶ A inspiração para a terminologia criada por Rudolf Kjellén provém da palavra "biologia". O autor esclarece, no entanto, que o uso mais apropriado do prefixo "Bios" é, neste caso, o de seu sentido etimológico, que remete à "estilo de

⁴ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. New York: New York University Press, 2011, p. 9.

⁵ CASTRO, Edgardo. Biopolítica: orígenes y derivas de un concepto. In. _____. **Biopolítica, Gubernamentalidad, Educación, Seguridad**, Buenos Aires: UNIPE, 2011, p. 5

⁶ Ibidem, p. 6.

vida", e não com o que nós conhecemos como "vida biológica". Para falar da vida biológica da população a partir de uma concepção política, o sueco sugere a terminologia "pletopolítica", a qual ele também reserva uma seção em seu livro.⁷

A retórica de Kjéllen não nos permite vislumbrar claramente até onde a imagem do Estado como um organismo vivo é somente uma metáfora ou se é mais do que isto. Por vários motivos (incluindo influências darwinistas), o geógrafo, que foi influenciado por filósofos idealistas (como Hegel), não chega a afirmar que o Estado (literal e universalmente) tem a capacidade de saber o que quer. A sua afirmação de que o Estado é um ser vivo objetiva apenas recuperar para a ciência política as suas categorias biológicas, opondo-se, desta maneira, à tradição liberal de que o Estado se resume em um amontoado de indivíduos. Assim, buscou demonstrar que é impossível pensar o Estado (em uma perspectiva moderna) reduzido à uma entidade jurídica, "a uma realidade de direito internacional".⁸

É sabido que Michel Foucault, em seus livros e nas conferências proferidas, não se referiu à Rudolf Kjéllen em nenhum momento, assim como tampouco explorou a origem da terminologia utilizada. Quando se verifica o uso que Kjellén atribuiu a "biopolítica", é visível que o significado diverge daquilo que o teórico francês atribuiu ao mesmo termo. No entanto, é preciso destacar que, ainda que não haja uma relação clara entre os conceitos de biopolítica, ambos tratam de abordar as realidades do Estado, colocando entre parênteses as "categorias jurídicas"⁹ mesmo que cada um o tenha feito a sua maneira. Coincidentemente, tanto em Kjellén quanto em Foucault, os conceitos de biopolítica só ganharam maior relevância postumamente.¹⁰

Houve também, na década de 1960, uma corrente ecológica da biopolítica, nascida em um contexto em que ativistas políticos e movimentos sociais chamavam a atenção para a crise ambiental global. O termo exprimia a luta para a criação de novos campos de estudo na política e para que novas ações fossem direcionadas à preservação do meio ambiente.¹¹ Nas palavras de Dietrich Gunst, cientista político alemão que discorreu sobre essa vertente, a biopolítica abrangeria

⁷ CASTRO, Edgardo. Biopolítica: orígenes y derivas de un concepto. In:____. **Biopolítica, Gubernamentalidad, Educación, Seguridad**. 2011, p. 6.

⁸ ibidem, p. 6.

⁹ Ibidem, p. 7.

¹⁰ Ibidem, p. 7.

¹¹ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 22-23.

"tudo que envolva políticas de saúde e regulamentação da população, juntamente com a proteção ambiental e as questões relativas ao futuro da humanidade".¹²

Nos anos 70, quando o conceito de biopolítica ainda estava muito ligado com às considerações ecológicas, desenvolveu-se uma corrente "Biopolítica Cristã", cujo principal expoente fora o teólogo Kenneth Cauthen, teólogo norte-americano e autor do livro "Christian Biopolitics: A Credo and Strategy for the future", de 1971. A curiosa vertente prega a necessidade da mudança de consciência da população, para que fosse criada uma "sociedade planetária", que se tornaria possível quando as fronteiras biológicas do mundo fossem superadas.¹³ Aqui, seria preciso compreender o homem como ser "bioespiritual", "cuja vida é definida dentro da natureza cósmica e da história humana."¹⁴

Além da vertente religiosa, outras correntes nasceram da interpretação ecológica da biopolítica, com suas próprias finalidades. Formados por integrantes da direita alemã, a *Weltbund zum Schutze des Lebens* (União Mundial para Proteção da Vida) foi criada em 1960, unindo objetivos ecológicos, racistas e eugenistas e 5 anos mais tarde foi criado o *Gesamtdeutsche Rat für Biopolitik* (Conselho Alemão de Biopolítica), também com tendências políticas de direita. Também em 1965, uma edição da revista Nation Europa, que era igualmente de direita, publicou uma matéria intitulada "Biopolitik", em que os autores abordavam a superpopulação mundial e o "contaminado" fundo de genes, defendendo que, para preservar o mundo e as crianças, as políticas do futuro deveriam ser biopolíticas, controlando a saúde genética das gerações futuras e a população mundial.¹⁵

Nota-se, portanto que, bem antes do surgimento do conceito que atualmente atribuímos a "biopolítica", outros pensadores já haviam utilizado a mesma alcunha, mas com propósitos visivelmente divergentes. Foi na década de 1970, entretanto, que a "vida" adquiriu novas perspectivas no pensamento político, passando a ser o objeto das políticas, trazendo consequências para as instituições, dispositivos e objetivos da ação política. E, como acentua o Thomas Lemke,

¹² GUNST, Dietrich. **Politik Zwischen und Recht**. p. 9. Apud LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**, 2011, p. 23.

¹³ LEMKE, Thomas. Op cit. p. 24-25.

¹⁴ CAUTHEN, Kenneth. **Christian Biopolitics: A Credo and Strategy for the Future**. Apud LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**, 2011, p. 25.

¹⁵ LEMKE, Thomas. Op cit. p.25.

nenhuma outra pessoa vislumbrou essa mudança na natureza da política com mais clareza do que Michel Foucault.¹⁶

¹⁶ LEMKE, Thomas. **Biopolitics**: An Advanced Introduction. 2011, p. 26-32.

3. A BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT

O conceito de biopolítica introduzido por Michel Foucault consiste em um rompimento total com as visões naturalistas, organicistas e deterministas citadas anteriormente neste trabalho. Em contraste com tais concepções, o teórico francês analisa o processo histórico pelo qual a vida se tornou o centro das estratégias políticas.¹⁷ Ao identificar uma ruptura histórica que consiste em uma mudança na práxis política, o filósofo verifica uma nova forma (específica e moderna) de exercício do poder, controladas por um conjunto de técnicas e mecanismos desenvolvidos a partir de um saber-poder, capaz de interferir diretamente na vida humana.¹⁸

A noção foucaultiana de biopolítica não percebe simplesmente a vida como objeto da política, como fizeram outros pensadores. A biopolítica, segundo Foucault, não trata de levar as técnicas e estruturas políticas para novos domínios, mas sim de transformar o seu núcleo e de reformular o que se entende por soberania. É uma transformação radical no campo político.¹⁹

É preciso destacar que Foucault utiliza o termo biopolítica com significados diferentes ao longo de sua obra. Thomas Lemke, professor da Goethe Universitat, defende que é possível discernir 3 sentidos em que o filósofo emprega o referido termo. Primeiramente, biopolítica seria a ruptura histórica na prática e no pensamento político, caracterizada pela rearticulação do poder soberano. Em segundo lugar, os mecanismos biopolíticos desenvolveriam um papel central na ascensão do racismo moderno. Por fim, o terceiro significado é atribuído à arte de governar que nasce, historicamente, com as formas liberais de regulação social.²⁰

Quanto às terminologias utilizadas por Michel Foucault, cabe ressaltar que o filósofo não usa apenas a palavra "biopolítica", como também utiliza "biopoder", sem uma distinção precisa entre os termos.

¹⁷ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011. p. 33.

¹⁸ HACHEM, Daniel e PIVETTA, Saulo Lindofer. **A Biopolítica em Michel Foucault e Giorgio Agamben: O Estado, a Sociedade de Segurança e a Vida Nua**. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 340-361, jul./dez. 2011.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 133-135.

²⁰ LEMKE, Thomas. Op cit. p. 34.

3.1. Fazer viver e deixar morrer

Ainda que a primeira vez que a palavra biopolítica tenha aparecido no trabalho de Foucault tenha sido em uma conferência proferida em 1974, no Rio de Janeiro, publicada em 1977 como "O Nascimento da Medicina Social"²¹, ela somente foi sistematicamente introduzida em sua obra com o curso de 1976 no Collège de France denominado "Em Defesa da Sociedade" e no livro "A História da Sexualidade", trabalho em que o filósofo contrasta, no capítulo final denominado "Direito de morte e poder sobre a vida"²², o poder soberano com o biopoder.

Para Foucault, o poder soberano operava a partir do confisco, da expropriação de bens, de serviços e até mesmo de sangue, que era imposta aos súditos. Nesse momento, o poder era, mais do que tudo, o direito de apreensão "das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la."²³

Foucault aponta que, na época clássica, houve uma grande transformação desses mecanismos de poder. O confisco deixou de ser a forma principal para se tornar apenas uma peça, entre várias outras (incitação, reforço, controle, vigilância e de majoração e organização de forças) dessa nova forma de poder. Nasce, então, um poder destinado a produzir forças, fazendo-as crescer e ordenando-as. Assim, o direito de morte do soberano se deslocará, seguindo as exigências desse novo poder, que gera e ordena a vida.²⁴ Com isso, a morte, que se fundamentava no direito do soberano de se defender ou pedir que o defendessem, passará a aparecer como direito do corpo social em garantir, manter e desenvolver a sua própria vida. Entretanto, as guerras jamais haviam sido tão sangrentas como a partir do século XIX, assim como os regimes não haviam praticado holocaustos em sua própria população.²⁵

Segundo Foucault, esse "formidável poder de morte" consiste em um complemento de um poder que se exerce (positivamente) sobre a vida, empreendendo em sua gestão, majoração e multiplicação, a partir de regulações e controles precisos. As guerras, então, não são mais travadas em nome do

²¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013, p. 143 et seq.

²² FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 1999, p. 125.

²³ Ibidem, p. 128.

²⁴ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 1999, p. 128.

²⁵ Ibidem, p. 128-129.

soberano, mas sim em nome da existência de todos, o que leva a populações inteiras a serem dizimadas em nome da necessidade de viver. O princípio de poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se o princípio de estratégia entre Estados. Porém, a existência em questão já não é jurídica, do soberano, mas sim biológica, de uma população.²⁶

É possível afirmar, então, que, para Foucault, o direito de causar a morte foi substituído por um poder de "causar a vida ou devolver a morte". O Biopoder estabelece seus pontos de fixação sobre a vida, sendo a morte o limite, o momento que lhe escapa, se tornando o "ponto mais secreto da existência, o mais privado".²⁷

A integração do poder soberano pelo biopoder, no entanto, não é uma transformação política isolada. É, na verdade, resultado de várias transformações históricas. O aumento da produção industrial e agrícola no século XVIII, assim como o desenvolvimento científico e dos avanços sobre o conhecimento do corpo humano, foram essenciais para que essa nova forma de poder se consolidasse, ao permitir um controle relativo sobre a vida.²⁸

O filósofo francês aponta para duas formas do poder sobre a vida, que não são antitéticas e constituem dois polos interligados em um feixe intermediário de relações²⁹: a disciplina do corpo individual e o controle regulatório da população.³⁰

O primeiro polo, concernente ao controle individual, já existia antes do século XVII e centrou-se no corpo como máquina, visando seu adestramento, aumentando suas aptidões e extraindo suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos, sendo isso assegurado pelos procedimentos que determinam as disciplinas: "a anátomo-política do corpo humano".³¹ Em outras palavras, a disciplina concebe novas rotinas ao corpo, capazes de aumentar sua capacidade produtiva, ao mesmo tempo em que enfraquece suas forças de assegurar sua subjetividade política. É essa combinação que define a disciplina e estabelece seu status como tecnologia.³²

²⁶ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 1999. p. 129-130.

²⁷ Ibidem, p. 130.

²⁸ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 35.

²⁹ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 1999, p. 131.

³⁰ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 36.

³¹ FOUCAULT, Michel. Op cit. p. 131.

³² LEMKE, Thomas. Op cit. p. 36.

O segundo, por sua vez, formou-se por volta da metade do século XVIII e centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte do ser biológico. Tinha por objeto, então, a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, levando em consideração as condições que podem fazê-los variar. Estes processos são assumidos a partir de uma série de intervenções e controles reguladores: "uma biopolítica da população".³³ É importante ressaltar que Foucault não compreende a população como uma entidade legal ou política, mas sim como um corpo biológico independente, caracterizados por seus próprios processos e fenômenos: as já citadas taxas (nascimento, morte e nível de saúde) assim como a produção de riquezas e sua circulação. A totalidade desse processo de vida das populações é objetivo de uma "tecnologia de segurança", que tem como fim as condições e variações da massa, para que os riscos sejam prevenidos.³⁴ Os instrumentos aqui utilizados consistem em controle e regulação, mais do que a disciplina e a vigilância.³⁵ A tecnologia que daí emerge busca, então, a partir de uma média e de um equilíbrio fixado, estabelecer uma espécie de homeostase, que protegeria a "segurança do todo" de possíveis danos internos.³⁶ As tecnologias disciplinares e de segurança não possuem somente objetivos e instrumentos diferentes, mas também diferem nos locais em que estão situadas institucionalmente. Enquanto a disciplina se desenvolveu dentro de instituições como as prisões, as escolas, exércitos e hospitais, o Estado, do século XVIII em diante, organizou e centralizou suas sociedades, utilizando informações demográficas, estatísticas e outras pesquisas. No entanto, deve-se ter cuidado ao analisar esses dois componentes da biopolítica, tendo em vista que eles não são entidades independentes, já que um faz parte da definição do outro. Desse modo, a aplicação da disciplina não é idealizada no âmbito individual, mas sim com o pressuposto de multiplicidade de indivíduos.³⁷

De modo parecido, a população constitui uma combinação e agregação de atributos individuais de existência em uma nova forma política. Deve-se entender que o "indivíduo" e a "massa" não representam extremos, mas sim dois lados de

³³ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 1999, p. 131.

³⁴ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2005, p. 304

³⁵ LEMKE, Thomas. Op cit. p. 37.

³⁶ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2005, p. 293-294.

³⁷ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 37.

uma tecnologia política global que simultaneamente objetiva o controle do homem como corpo individual e, ao mesmo tempo, do homem como espécie.³⁸ Assim, a separação dessas duas tecnologias políticas não podem ser feitas por motivos históricos.

Nesse momento, o filósofo também volta suas atenções para a sexualidade. Cabe destacar, preliminarmente, que Foucault estabelece uma diferença entre sexo e sexualidade. Enquanto o sexo seria uma questão familiar (um dispositivo de aliança, sobre o qual recaiam obrigações religiosas ou legais), a sexualidade é uma questão individual, que concerne "aos prazeres individuais ocultos, aos excessos perigosos para o corpo e às fantasias secretas". A sexualidade passa a ser considerada como essência do ser humano individual e o núcleo de sua identidade pessoal. Foi a partir dela que se tornou possível conhecer os segredos do corpo e da alma através da medicação dos médicos e psiquiatras, pessoas a quem se podia confessar pensamentos e práticas particulares. Essa medicalização, personalização e significação do sexo, ocorrida em certo momento histórico, é o que Foucault denomina "dispositivo da sexualidade"³⁹, "principal foco do livro *A História da Sexualidade*, vol. 1 - *A vontade de saber*". Nesse ponto de seu trabalho, o teórico está interessado na sexualidade, vez que o sexo constitui uma "articulação entre os dois eixos"⁴⁰ sobre os quais a tecnologia da vida se desenvolveu: a disciplina e a segurança.

Assim como a sexualidade integra as disciplinas do corpo (adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias) ela também pertence à regulação das populações, em virtude dos efeitos globais que causa. Deste modo, está inserida, ao mesmo tempo, nos dois registros, posto que dá lugar a vigilâncias e controles constantes, a ordenações espaciais de grande meticulosidade, a exames (médicos e psicológicos) e a todos, um micropoder sobre o corpo; e também dá margem a estimativas estatísticas, a intervenções sobre todo o corpo social. O sexo é, portanto, um acesso simultâneo à vida do corpo e à vida

³⁸ FOUCAULT, Michel. Op cit. p. 294.

³⁹ DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 188.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 1999, p. 136.

da espécie, que serve como matriz das disciplinas e como princípio das regulações sobre o todo.⁴¹

Como já dito, a sexualidade se tornou a "chave da individualidade". Como ensina Foucault, a partir do século XIX, a sexualidade foi "esmiuçada em cada existência", analisando seus mínimos detalhes. O sexo foi descoberto nas condutas, perseguido nos sonhos, suspeitado por trás das mínimas loucuras e seguido até os primeiros anos de infância. E, ao mesmo tempo em que se torna possível analisar a sexualidade, também se torna possível constituí-la. Por isso, pode-se observar que o sexo vira tema de operações políticas e operações econômicas, a partir da incitação ou da tentativa de se estabelecer freios à procriação; vira, também, alvo de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização, sendo empregada como índice de força de uma sociedade, mostrando assim tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um polo a outro, escalona-se uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação da população.⁴²

Dentro de tal contexto, o conceito de norma torna-se essencial. O antigo poder sobre a vida e a morte operava a partir de um código legal binário, ao passo que na biopolítica o "direito" é cada vez mais substituído pela "norma". O direito absoluto de soberania tende a ser cada vez mais trocado por uma lógica calculista que mede e compara.⁴³ A sociedade definida por um direito natural acaba sendo suplantada por uma "sociedade normalizadora".⁴⁴

Foucault aponta que a lei não pode deixar de ser armada e que sua arma por excelência seria a morte. Aos que a transgridem, ela responde, ao menos como último recurso, com essa ameaça absoluta. O biopoder, entretanto, encarrega-se da administração da vida e terá, portanto a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Assim, não se trata mais de colocar a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em domínios de valor e utilidade.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 1999, p. 137.

⁴² Ibidem. p. 137.

⁴³ LEMKE, Thomas. **Biopolitics**: An Advanced Introduction. 2011, p. 39.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. Op cit. p. 135.

3.2. A guerra de raças e o imperativo morte

Diferentemente do primeiro volume de "A História da Sexualidade", em que Foucault analisa a diferença entre o poder soberano e o biopoder, qualificando o último como o limiar biológico da modernidade", o filósofo muda sua posição nas conferências proferidas em 1975 e 1976 no Collège de France, publicadas no Brasil com o título de "Em defesa da Sociedade" (*Il faut défendre la société*, no original). Nesse momento, o biopoder, para Foucault, passa a ser o "corte" entre o que "deve viver e o que deve morrer".⁴⁵

Assim, conforme defende Thomas Lemke, a tese foucaultiana passa a ser a de que a transformação do poder soberano em biopoder levou a uma alteração do discurso político militar (dos séculos XVII e XVIII) para um discurso racista-biológico.⁴⁶

O discurso racista se inicia, então, no século XVII, sem um fundamento biológico, mas sim como uma divisão política, posto que a ideia fundamental era a de que a sociedade era dividida em dois campos antagônicos que conviviam no mesmo território, mas sem se misturar e que se distinguiram em razão das suas origens geográficas, de sua língua ou de suas crenças religiosas. Esse contradiscurso contestava, principalmente, a legitimidade do poder soberano e a tirania que se manifestava a partir de leis de suposto caráter universal.⁴⁷

Segundo Foucault, esse discurso histórico-político experimentou no século XIX duas transcrições: Primeiro, a transcrição "francamente biológica", que se opera bem antes de Darwin e que copia os conceitos e elementos de uma anátomofisiologia materialista. Se apoia, do mesmo modo, em uma filologia, consistindo no nascimento da teoria das raças no sentido histórico biológico do termo. Essa teoria é ambígua e vai se articular com base nos movimentos das nacionalidades da Europa e também na política de colonização europeia.⁴⁸

A segunda transcrição vai operar a partir do grande tema e da teoria da guerra social, que se desenvolve no início do século XIX e que vai tender a apagar todos os vestígios do conflito de raça para definir-se como uma luta de classe.⁴⁹

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2005, p. 304.

⁴⁶ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 40.

⁴⁷ Ibidem, p. 40.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2005, p. 71.

⁴⁹ Ibidem, p. 72.

O racismo apresenta-se como essencial para duas funções na administração do biopoder.⁵⁰ Primeiramente por permitir segregações naquilo que poderia ser visto como uma homogeneidade (uma visão de totalidade da raça humana, por exemplo). A diferenciação das raças, assim, é possível e tem sua linha estabelecida entre o que "deve viver e o que deve morrer".⁵¹ Esse racismo é qualificado por Foucault como sendo inerente ao Estado, que é responsável por fazer com que a própria sociedade o exerça sobre seus próprios elementos. Logo, têm-se um racismo interno, que visa a purificação permanente, o que consiste em uma das dimensões fundamentais da normalização social.⁵² Dessa perspectiva, portanto, a homogeneização e hierarquização se apresentam como estratégias complementares uma a outra.

A segunda função do racismo seria a de ressaltar, através de uma relação positiva, que "se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você massacre seus inimigos". Proporciona, portanto, uma relação biológica, entre a "minha vida" e a "morte do outro", como propôs Foucault:

"quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo, mas quanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar". A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal. a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.⁵³

Como frisado, a relação é de tipo biológico, e não militar, política ou guerreira. E, se esse mecanismo pode atuar é porque os inimigos que se busca vencer não são adversários no sentido político do termo, mas sim representam perigo (sejam internos ou externos) para a população. Ou seja, só se pode tirar a vida (utilizar o imperativo da morte) no sistema de biopoder para a eliminação de perigo biológico e para fortalecer, de modo diretamente ligado a essa eliminação, a própria raça. Como disse Foucault, "a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo de biopoder, pelo racismo".⁵⁴

⁵⁰ LEMKE, Thomas. Op cit. p. 42.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. Op cit. p. 304.

⁵² FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2005, p. 71.

⁵³ Ibidem, p. 305.

⁵⁴ Ibidem, p. 306.

É a partir dessa visão da sociedade como um "todo biológico" que nascem os Estados modernos, ao assumirem a posição de uma autoridade central que governa e controla a população, que vigia a sua pureza e que é forte o bastante para enfrentar seus inimigos, seja dentro ou fora das suas fronteiras.⁵⁵

Foucault aponta também para duas transformações do discurso racista no século XX: A Alemanha Nazista e o socialismo estatal da União Soviética. Enquanto o Nazismo se fortalecia através da guerra racial, os soviéticos aplicaram o racismo de modo muito mais discreto, através de políticas médicas. Assim, na URSS, em razão da utopia da sociedade sem classes, aqueles que divergiam da ideologia dominante eram tratados como doentes ou loucos. Nessa variante de racismo de estado, os inimigos de classe tornaram-se biologicamente perigosos e tinham que ser removidos do corpo social.⁵⁶

Conforme indica Thomas Lemke, a análise do racismo feita por Michel Foucault é comumente criticada em razão de ser limitada e seletiva. A questão do colonialismo também é tratada por Foucault em alguns momentos, embora o pensador não tenha sistematizado suas ideias sobre tal assunto.⁵⁷ O que é importante no que concerne ao racismo no pensamento foucaultiano é compreender que, primeiramente, não se trata de uma construção ideológica ou de uma situação excepcional em razão de alguma crise social superveniente. Para o teórico francês, o racismo é a expressão de uma segregação dentro da sociedade, provocada pelo ideário biopolítico, que, por sua vez, visa uma purificação constante do corpo social. O racismo, então, não é definido por uma ação individual, mas sim por práticas políticas e ações dos aparatos estatais. É desse modo que, um discurso da defesa da sociedade contra perigos biológicos se transforma em um discurso de poder.⁵⁸

Por fim, é preciso destacar que Foucault salienta a capacidade de transformação que o discurso racista possui. Desse modo, deve-se atentar para as estratégias neorracistas, que, ao invés de focarem na diferença biológica por si só, atuam frente a diferenças culturais de grupos étnicos ou sociais.⁵⁹

⁵⁵ LEMKE, Thomas. **Biopolitics**: An Advanced Introduction. 2011, p. 42-43.

⁵⁶ Ibidem, p. 43.

⁵⁷ Ibidem, p. 43.

⁵⁸ ibidem, p. 44.

⁵⁹ Ibidem, p. 44.

3.3. Economia política e a governamentalidade liberal

Os cursos que Michel Foucault proferiu no Collège de France entre os anos de 1977 e 1979 trabalharam a temática da biopolítica dentro de um quadro ainda mais complexo. Nesse momento, Foucault examina a gênese de um "saber político", responsável por colocar no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos responsáveis por sua regulação, analisando o caminho percorrido por esse saber da antiguidade até as noções modernas de razão de estado, assim como também a ciência da polícia (Polizeywissenschaft) nas teorias liberais às neoliberais.⁶⁰

É essencial, aqui, compreender o amplo conceito de governo desenvolvido por Foucault. Embora a palavra "governo" atualmente tenha um sentido puramente político, até o século XVIII era utilizada em um contexto mais genérico. Assim, além do sentido político, possuía também um sentido filosófico, religioso, médico, pedagógico. Além de gerenciar a administração pública, o governo também se voltava para problemas de autocontrole, de orientação familiar, de administração do lar, para o direcionamento da alma, entre outros aspectos.⁶¹

Dentro da analítica do governo, a biopolítica encontra seu sentido decisivo. O nascimento da biopolítica (nome atribuído ao curso de 1979 no Collège de France) está intimamente conectado ao surgimento do governo liberal. Destaca-se que Michel Foucault concebe o liberalismo não apenas como uma teoria econômica ou como uma ideologia política, mas como uma arte específica de se governar seres humanos. O liberalismo introduz, portanto, uma racionalidade de governo que difere tanto do conceito de dominação medieval como das razões de estado modernas: a ideia de que a natureza da sociedade é o que constitui os limites da prática governamental.⁶²

O conceito de natureza se dá a partir de uma ruptura na história do pensamento político. Na idade média, um bom governante era parte da ordem natural instituída por Deus. A razão de estado moderna implica em uma quebra com essa ideia de natureza, o que limita a ação política. Desse modo, a razão estatal propõe a artificialidade de um leviatã, o que leva a uma espécie de ateísmo

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 427.

⁶¹ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 45.

⁶² Ibidem, p. 45.

político. Com os fisiocratas e a economia política, a natureza reaparece como ponto de referência para a ação política. Todavia, essa é uma natureza diferente, que não está mais ligada a uma ordem divina ou ainda a princípios cosmológicos. No cerne da reflexão liberal está uma natureza até então desconhecida, resultado de uma série de transformações históricas no que toca as relações de vida e de produção: a "segunda natureza" de uma evoluída sociedade civil.⁶³

A economia política, que havia emergido como forma distinta de conhecimento no século XVII também substituiu a moral e os princípios mercantilistas com a noção de autorregulação do mercado com base nos preços naturais. Autores como Adam Smith, David Hume e Adam Ferguson afirmaram em seus trabalhos que existia uma natureza própria das práticas governamentais e que os governos deveriam, assim, respeitar tal natureza em suas operações. Logo, as práticas governamentais deveriam estar alinhadas com as leis naturais que os próprios governos haviam criado. Por isso, há uma alteração nos princípios governamentais. Deixa-se de prezar pela harmonia externa e passa-se a cuidar da regulação interna. Assim, as coordenadas das ações dos governos não se dão mais a partir da legitimidade ou ilegitimidade, mas do sucesso ou do fracasso. As análises não são mais feitas em cima do abuso do poder, mas sim na ignorância do governante em não saber utilizá-lo.⁶⁴

Essa nova arte de governar, que surge na segunda metade do século XVIII e que opera a partir de um "governo econômico", consiste numa ruptura com a "razão de estado" que buscava, desde o século XVI, o fortalecimento do estado para assim justificar uma governamentalidade crescente e, desse modo, regular o seu desenvolvimento. Logo, não se questiona mais como governar o máximo possível e com o menor custo possível.⁶⁵ Pelo contrário, questionar-se-à:

por que é preciso governar? Ou seja: o que é que torna necessário que haja um governo e que finalidades deve ele perseguir, em relação à sociedade, para justificar sua existência. A ideia de sociedade é o que possibilita desenvolver uma tecnologia de governo a partir do princípio de que ele já, em si mesmo, "demais", "excessivo" - ou pelo menos que vem se acrescentar como um suplemento a que sempre se pode e se deve perguntar se é necessário e para que serve.⁶⁶

⁶³ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 45.

⁶⁴ Ibidem, p. 45.

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 433-434.

⁶⁶ Ibidem, p. 434.

Em "O nascimento da biopolítica", o autor concebia o liberalismo como o regime geral da biopolítica.⁶⁷ No entanto, uma autocrítica do autor o faz afirmar que sua análise anterior era unidimensional e reducionista, no sentido de que focava primeiramente no aspecto físico da população e nas políticas sobre o corpo. Assim, a introdução da noção de governo ajudou a ampliar o horizonte político foucaultiano, já que conecta o interesse na "anatomia política do corpo humano" com a investigação sobre o processo de subjetivação e as formas de existências morais e políticas. A partir desse ponto de vista, a biopolítica representa uma dinâmica particular que caracteriza o governo liberal. Com o liberalismo, surge o questionamento de como os sujeitos poderão ser governados se eles são, ao mesmo tempo, seres vivos e sujeitos de direito. Foucault foca nesse problema ao insistir que a problematização da biopolítica não pode se separar do âmbito da "racionalidade política do qual eles apareceram e adquiriram sua acuidade". Assim, completa Foucault:

A saber, o "liberalismo", já que foi a em relação a ele que adquiriram o aspecto de um verdadeiro desafio. Num sistema preocupado com o respeito dos indivíduos, como é que o fenômeno "população" com seus efeitos e seus problemas pode ser levado em conta? Em nome do que e segundo que regras pode ele ser administrado?⁶⁸

Para Thomas Lemke, a reformulação do conceito de biopolítica dentro da analítica do governo apresenta várias vantagens teóricas. Primeiro, as perspectivas dessa pesquisa permitem a exploração das conexões entre o ser físico e a sua existência moral-política: como (e por que) certos objetos do conhecimento e certas experiências tornam-se questões morais, legais ou políticas? Isso acaba por ser o tema do último volume de "A História da Sexualidade", em que o foco é a problematização das experiências físicas e as formas de constituição do ser. Um outro exemplo contemporâneo é a construção do conceito de dignidade humana, que se dá muito em razão da pressão exercida pelos avanços nas inovações biotecnológicas. O problema surge quando, por exemplo, se questiona quando um embrião possui vida e pode invocar seus direitos humanos.⁶⁹

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). 2008. p. 30.

⁶⁸ Ibidem, p. 431-432.

⁶⁹ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 49.

Também são possíveis questionamentos a respeito de quais presunções naturais as garantias e direitos sociais se utilizam e dependem. Essas perspectivas focam na relação entre tecnologias e práticas governamentais: Como a arte liberal de governar se utiliza de técnicas corporais para direcionar os governados? Como eles criam interesses, necessidades e preferências? ⁷⁰

É sabido que a obra de Foucault não sistematizou nenhuma dessas perspectivas de analíticas possíveis. Foucault tampouco fez suas observações entre a relação da biopolítica com o liberalismo concretamente (o que estava previsto para ser o objeto de "O Nascimento da Biopolítica"). Desse modo, resta apenas a intenção do autor em realizar essas investigações. ⁷¹

3.4. Resistência e Liberdade

Esse último trecho do primeiro capítulo destina-se às investigações foucaultianas no que concerne a temática da resistência e da liberdade, visto que tais assuntos foram recorrentes em seu trabalho, merecendo ainda muita atenção.

Para Foucault a resistência não corresponde simplesmente a um elemento externo que incide sobre uma relação de poder como uma força autônoma. Não há uma força de resistência dentro da sociedade que faça surgir revoltas ou rebeliões, mas sim estratégias locais (que podem sim se inscrever em um conjunto de estratégias globais) destinadas a transformar as relações de dominação. Assim, a resistência ao poder é o outro polo da relação e ela primeiramente o denuncia, como um interlocutor irredutível, uma relação de força que se faz presente. ⁷²

A possibilidade de resistência consiste na inexistência de um poder absoluto e infalível que deixaria imobilizados aqueles sobre os quais atua. Quando diz que há poder em todo lugar, ele quer afirmar que estão presentes na sociedade múltiplas relações de poder e não apenas um poder irresistível e onipresente que subjugu mentes e corpos. ⁷³ Assim aduz Foucault:

⁷⁰ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 49.

⁷¹ Ibidem, p. 50.

⁷² AYUB, João Paulo. **Poder, Biopolítica e Governamentalidade em Foucault**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 37.

⁷³ AYUB, João Paulo. **Poder, Biopolítica e Governamentalidade em Foucault**. 2009, p. 37.

Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.⁷⁴

Ainda, vale lembrar que em "O Sujeito e o Poder", Foucault define a liberdade como sendo condição para o exercício do poder. Nesse momento de seu trabalho o autor revela preocupações com questões éticas em torno das quais os indivíduos devem buscar a sua libertação.⁷⁵

No contexto biopolítico, a disciplina dos corpos e a regulação da população provocaram reações que clamavam por novos direitos, como o direito à vida, ao corpo, à saúde, à sexualidade e à satisfação das necessidades mais básicas. A tese foucaultiana é a de que esses conflitos biopolíticos ganharam mais relevância após a Segunda Guerra Mundial, principalmente após os anos 60. Juntamente com as lutas contra as formas de dominação políticas, sociais ou religiosas e também contra a exploração econômica, um novo campo de conflitos emergiu. Confrontava-se então as várias formas de subjetivação⁷⁶, o que leva a uma crise de governo, que se manifesta no grande número de oposições e conflitos, como, por exemplo, entre homens e mulheres, na definição de doenças, dos movimentos de paz, dos movimentos ecológicos e das minorias sexuais, por exemplo. Isso apenas reflete que as formas tradicionais de subjetivação dos corpos estariam perdendo suas forças.⁷⁷

Mesmo nos últimos trabalhos de Foucault, em que o estudo da biopolítica não era a questão central, ele continua interessado em formas de resistência contra tecnologias governamentais que tinham a vida humana como seu objeto.⁷⁸

Frisa-se que os especialistas na obra foucaultiana Hubert Dreyfus e Paul Rabinow colocam a resistência ao biopoder como uma questão que permanece em

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2013, p. 360.

⁷⁵ AYUB, João Paulo. **Poder, Biopolítica e Governamentalidade em Foucault**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 38.

⁷⁶ Foucault designa o termo subjetivação como um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou mais precisamente, de uma subjetividade. Os "processos de subjetivação" do ser humano são, de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos e, do outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite-se constituir-se como o sujeito de sua própria existência. REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 82.

⁷⁷ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011, p. 51.

⁷⁸ Ibidem, p. 51.

aberto na obra do teórico francês. Nas páginas finais de "Michel Foucault - Uma trajetória filosófica (para além da hermenêutica e do estruturalismo)" questionam:

Como a resistência ao biopoder deve ser reforçada? Os argumentos dialéticos, que recorrem ao correto entendimento teórico dos seres humanos e da sociedade, dificilmente são suficientes para mover grandes quantidades de pessoas e, segundo a análise de Foucault, fazem parte de um problema contemporâneo. Certamente, a dimensão retórica torna-se crucial. Certos de que a concepção platônica é nossa "maior mentira", devemos ficar reduzidos à concepção platônica de discurso retórico e pragmático como uma mera manipulação? Ou existe uma arte da interpretação que conduz a outros recursos e abre a possibilidade de usar o discurso como oposição à dominação? ⁷⁹

Assim como as questões acima, várias outras lacunas envolvendo o biopoder permaneceram abertas com a morte prematura de Michel Foucault. Assim, intelectuais de grande relevância desenvolveram conceitos a partir da obra do filósofo francês. Embora existam variantes que diferenciem as noções de biopolítica que sucedem Michel Foucault, é possível afirmar que destacam-se nessa seara os nomes de Roberto Esposito, Michael Hardt, Antonio Negri e, principalmente, Giorgio Agamben, cujo a obra é o tema do capítulo seguinte deste trabalho.

⁷⁹ DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 1995, p. 188.

4. A BIOPOLÍTICA EM GIORGIO AGAMBEN

Nos últimos tempos, o trabalho do filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben tem recebido cada vez mais atenção e apreciação. Com a publicação de "Homo Sacer", em 1995, a posição de intelectual destacado ganhou ainda mais força, visto que o livro foi um best-seller em vários países do mundo. Isso com certeza se dá em razão de seu brilhantismo ao trabalhar a reflexão filosófica em conjunto com a crítica política contemporânea.

Dentre os temas presentes na obra de Agamben, destaca-se o conceito de biopolítica trabalhado pelo autor, cujo o principal ponto de partida é o horizonte construído por Michel Foucault.

4.1. A trajetória biopolítica de Michel Foucault à Giorgio Agamben

Como visto no capítulo anterior, o advento dos mecanismos biopolíticos implicaram para Michel Foucault uma ruptura histórica ocorrida entre os séculos XVII e XVIII, em que a vida natural começa a ser incluída nos cálculos do poder estatal, transformando assim a política. Desse modo, o limiar da modernidade biológica de uma sociedade está situado no ponto em que os indivíduos, vistos como simples corpos vivos, tornam-se a aposta que está em jogo nas estratégias políticas.⁸⁰

No início do primeiro volume da obra "Homo Sacer", o italiano apresenta seu projeto de compreender as categorias introduzidas por Foucault - principalmente a categoria da biopolítica - adicionando as contribuições de Hannah Arendt acerca dos regimes totalitários e sobre o funcionamento dos campos de concentração. Aqui, observa que o fato das duas obras não terem tido um desenvolvimento comum é um testemunho das dificuldades que o pensamento deveria superar. Ao aproximar esses dois relevantes autores, referências fundamentais em seu pensamento, Agamben pretende investigar a conexão existente entre o biopoder e o funcionamento dos campos enquanto espaços de

⁸⁰ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. Tradução de Henrique Burgo. 2ª ed. belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 11.

exceção.⁸¹ É nessa tentativa de encontro entre Arendt e Foucault que Agamben elabora a sua própria noção sobre biopolítica, que se apresenta cada vez mais atual e pertinente para que se analise o contexto contemporâneo. E o instrumento pelo qual assume essa empreitada é o de "vida nua".⁸²

Conforme se verifica no capítulo antecedente, Foucault trabalha com a transformação do "poder soberano" no "governo dos homens". Agamben, por sua vez, insiste em uma conexão lógica entre o poder soberano e a biopolítica. Para o filósofo italiano, a biopolítica constitui o núcleo fundamental pelo qual a soberania se pratica. Logo, o advento da modernidade não significou uma quebra com a tradição ocidental, mas sim uma generalização e uma radicalização do que estava apenas se iniciando. Para Agamben, a constituição do poder soberano presume a criação de um corpo biopolítico. Nesse sentido, a inclusão de uma sociedade política só é possível com a exclusão de seres humanos da própria sociedade, a quem se nega, portanto, a totalidade de seu status jurídico.⁸³

Giorgio Agamben indica que seus pontos de divergência com Foucault⁸⁴ estão, principalmente, no que concerne às concepções de poder. É sabido que Michel Foucault nunca pretendeu realizar em sua obra uma "teoria unitária do poder", chegando a contestar inclusive os questionamentos tradicionais sobre o poder ("o que é o estado?" ou "o que legitima o poder?"), sugerindo que os estudiosos liberassem-se do "privilegio teórico da soberania", para que se

⁸¹ CÂMARA, Heloisa Fernandes. **Estado de Exceção entre o Direito e a Vida: Soberania, biopolítica e campos**. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas - Universidade Federal do Paraná, 2010. p. 113.

⁸² DIAS, Rebeca Fernandes. **Vida e Direito: Poder, subjetividade no contexto biopolítico**. 293 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas - Universidade Federal do Paraná, 2007. p. 158.

⁸³ LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. 2011. p. 53-54.

⁸⁴ Sobre a relação entre Giorgio Agamben e Michel Foucault, o filósofo brasileiro Vladimir Safatle definiu-a em termos de "quão longe" e "quão perto": "Quão longe porque Agamben não está disposto a continuar com as distinções foucaultianas estritas entre poder soberano e poder disciplinar... Agamben, no entanto, quer mostrar esta implicação orgânica entre poder soberano, modos de subjetivação e gestão calculista da vida que nos leva diretamente às estruturas fundamentais do biopoder moderno. Ele quer insistir no vínculo entre exceção, ou seja, entre modo de funcionamento do ordenamento jurídico na modernidade e uma vida que é, cada vez mais, vida nua submetida a uma estranha 'lógica disciplinar de anomia'...quão perto porque vem de Foucault esta procura pela 'possibilidade de uma ação humana que se situe fora de toda relação com o direito', ação capaz de nos abrir um uso renovado do mundo." (SAFATLE, Vladimir. **Materialismo, imanência e política**: sobre a teoria da ação de Giorgio Agamben. In: SEDLMAYER, Sabrina; GUIMARÃES, César; OTTE, Georg. O comum e a experiência da linguagem. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007. p. 106 Apud ABDALLA, Guilherme de Andrade Campos. **O Estado de Exceção em Giorgio Agamben: Contribuições ao Estudo da Relação Direito e Poder**. 224 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

construísse uma analítica do poder que não tomasse mais como modelo o direito. Agamben, então, questiona Foucault, a respeito de qual seria, no corpo do poder, o ponto de intersecção em que as técnicas de individualização e os procedimentos totalizantes, conceitos criados pelo francês, se tocam. Ainda, pergunta, de modo mais genérico, se esse duplo vínculo político chega a encontrar sua razão de ser.⁸⁵

Ainda sobre a tese foucaultiana, Agamben é vertical:

A tese foucaultiana deverá, então, ser corrigida ou, pelo menos, integrada, no sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *polis*, em si antiquíssima, nem simplesmente o fato de que a vida como tal venha a ser objeto eminente dos cálculos e das previsões do poder estatal; decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção.⁸⁶

Conforme se lê, Agamben defende que a politização da "vida nua" como tal, constitui o evento decisivo da modernidade, e que marca, portanto, uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico. Assim, os "enigmas" que o século XX apresentou (como o nazismo, por exemplo) só poderão ser compreendidos a partir do terreno biopolítico. E, também, somente a partir de uma reflexão que interroge tematicamente a relação entre a vida nua e a política que governa secretamente as ideologias da modernidade, aparentemente distantes entre si, poderá "fazer sair o político de sua ocultação e, ao mesmo tempo, restituir o pensamento à sua razão prática".⁸⁷

4.2. A vida nua e o *homo sacer*

Como já dito, a pesquisa de Giorgio Agamben recai sobre o oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder. O filósofo defende que essas duas análises não podem ser separadas e que é a implicação da "vida nua" na esfera política que constitui o núcleo originário (embora encoberto) do poder soberano. Segundo ele, é possível afirmar, inclusive, que a

⁸⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 13.

⁸⁶ Ibidem, p. 16.

⁸⁷ Ibidem, p. 12.

produção de um corpo biopolítico é a contribuição original do poder soberano, de modo que a biopolítica seria tão antiga quanto a exceção soberana. Ao calcular a vida biológica, o Estado moderno "reconduz à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua".⁸⁸

Como expõe Catherine Mills, a concepção de vida nua é provavelmente uma das mais produtivas para quem busca diagnosticar as condições políticas do presente. Esse conceito tem sido utilizado para a compreensão de fenômenos diversos, como para a compreensão da situação legal de refugiados, para analisar os homens-bomba, os pobres e os aidéticos, por exemplo.⁸⁹ Logo, parece necessária uma reflexão acerca da ideia de vida nua elaborada por Agamben, para assim entender o que o filósofo qualifica como essencial para a compreensão da política moderna.

A ideia de "vida nua" agambeniana é criada a partir de uma tradução, feita pelo autor, do conceito de "das bloße Leben", desenvolvido pelo pensador alemão Walter Benjamin, comumente traduzido por "mera vida".⁹⁰ Para o pensador alemão, a "mera vida" seria a vida sem valor, a qual os homens não poderiam ser reduzidos. É preciso frisar que, embora haja uma incontestável semelhança entre as ideias dos dois filósofos, o pano de fundo conceitual e os desdobramentos do debate são outros.⁹¹

Como indica Agamben, os gregos possuíam 2 termos para exprimir o que nós entendemos atualmente por vida. O primeiro, *zoé*, significava o fato de viver comum a todos os seres vivos, sejam animais, homens e até mesmo deuses. O outro, *bios*, indicava uma maneira de viver de um indivíduo ou de um grupo⁹², em seu aspecto ético e político. Na política moderna, o ingresso do homem na política o faz abdicar da *zoé*, pois o ingresso na comunidade se dá como cidadão dotado

⁸⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. 2014. p. 14.

⁸⁹ MILLS, Catherine. **The Philosophy of Giorgio Agamben**. Montreal: Mc-Gills Queen's University Press, 2008. p. 69.

⁹⁰ BENJAMIN, Walter. **Para Uma Crítica da Violência**. In: Escritos sobre Mito e Linguagem (1915-1921). GAGNEBIN, Jeanne Marie (Org.). Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. 2011. p. 153-156

⁹¹ BARBOSA, Jonnefer. **A Crítica da Violência de Walter Benjamin: Implicações histórico temporais do conceito de reine Gewalt**, In Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 25, n. 37, jul./dez. 2013. p. 155-156.

⁹² AGAMBEN, Giorgio. Op cit. p. 9.

de direitos e, portanto, como um sujeito de direito, de modo transcendental metafísico.⁹³

É a partir da distinção entre "bios" e "zoé" que o filósofo desenvolve essa terceira categoria que denomina de "vida nua". Essa categoria envolve a vida que se produz quando a "zoé" (a vida biológica), é separada da "bios" (a vida ética e política), e é politizada a partir de sua própria matabilidade.⁹⁴

Embora imediatamente politizada, a vida nua é excluída da pólis numa exclusão inclusiva, sendo assim o conceito-limite entre pólis e oikos. Assim, vida nua indica a exposição da vida natural à força de lei no abandono, a última expressão do que é o poder soberano do direito à morte. Desse modo, nem "bios", nem "zoé", vida nua emerge por meio de uma exposição irreparável da vida à morte no banimento do soberano, ou seja, de modo infinitamente exposto à violência soberana.⁹⁵

É, então, a exposição a essa violência que marca a vida nua como uma indistinção entre o que está dentro e o que se encontra fora da ordem política, ou uma excrescência produzida a partir da vida biológica e da vida política.⁹⁶

Nesse sentido, destaca-se o excerto de uma entrevista recente concedida pelo filósofo italiano:

A sua obra mais conhecida, *Homo Sacer*, pergunta pela relação entre poder político e vida nua, e evidencia as dificuldades presentes nos dois termos. Qual é o ponto de mediação possível entre os dois pólos?

Minhas investigações mostraram que o poder soberano se fundamenta, desde a sua origem, na separação entre vida nua (a vida biológica, que, na Grécia, encontrava seu lugar na casa) e vida politicamente qualificada (que tinha seu lugar na cidade). A vida nua foi excluída da política e, ao mesmo tempo, foi incluída e capturada através da sua exclusão. Neste sentido, a vida nua é o fundamento negativo do poder. Tal separação atinge sua forma extrema na biopolítica moderna, na qual o cuidado e a decisão sobre a vida nua se tornam aquilo que está em jogo na política. O que aconteceu nos estados totalitários do século XX reside no fato de que é o poder (também na forma da ciência) que decide, em última análise, sobre o que é uma vida humana e sobre o que ela não é. Contra isso, se

⁹³ DIAS, Rebeca Fernandes. **Vida e Direito: Poder, subjetividade no contexto biopolítico**. 2007. p. 163.

⁹⁴ DE BOEVER, Arne. **Bios**. In: MURRAY, Alex e WHITE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2011. p. 39.

⁹⁵ ABDALLA, Guilherme de Andrade Campos. **O Estado de Exceção em Giorgio Agamben: Contribuições ao Estudo da Relação Direito e Poder**. 224 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 59-60.

⁹⁶ Expõe Agamben: "Nem bios político nem zoé natural, a vida sacra é a zona de indistinção na qual, implicando-se e excluindo-se um ao outro, estes constituem mutuamente." AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. 2014. p. 98.

trata de pensar numa política das formas de vida, a saber, de uma vida que nunca seja separável da sua forma, que jamais seja vida nua.⁹⁷

A vida nua é expressada através da vida do “homo sacer”, “uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta matabilidade).⁹⁸

O filósofo italiano retira a figura do *homo sacer* dos escritos de Pompeius Festus, que descreve o homem sacro como

aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio; na verdade, na primeira lei tribúncia se adverte que “se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro, não será considerado homicida”. Disso advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado de “sacro” e, portanto, há uma simbiose entre veneração e horror a ele.⁹⁹

Embora a figura apresente traços contraditórios e “obscura até mesmo para os romanos”¹⁰⁰ uma análise mais cuidadosa revela que especificidade do *homo sacer* é a impunidade de sua morte e o veto de seu sacrifício.¹⁰¹

O fato de o homem sacro poder ser morto, mas não sacrificado, significa que esse sujeito está fora da lei humana, porque “aquilo que é *sacer* já está sob a posse dos deuses”¹⁰² e, desse modo, excluído, simultaneamente da lei divina, porque ser sacrificado é ser dado aos deuses, um destino do qual o *homo sacer* é excluído. Ou seja, a pessoa do homem sacro não passa do profano ao sacro, da violência humana à violência divina, mas é posta fora da jurisdição humana sem passar para a divina.¹⁰³

O *homo sacer*, portanto, não está sob a luz do “*ius divinum*”, nem sob o “*ius humanum*”. Sua condição é esclarecida no livro “Profanações”, publicado originalmente em 1994:

⁹⁷ Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro: Entrevista com Giorgio Agamben. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/08/31/deus-nao-morreu-ele-tornou-se-dinheiro-entrevista-com-giorgio-agamben/>> Acesso em 17/07/2014 às 20:44

⁹⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 16.

⁹⁹ FESTUS, Pompeius. De uerborum significatu Apud **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 196.

¹⁰⁰ AGAMBEN, Giorgio. Op cit. p. 80.

¹⁰¹ ABDALLA, Guilherme de Andrade Campos. **O Estado de Exceção em Giorgio Agamben**: Contribuições ao Estudo da Relação Direito e Poder. 2010. p. 159.

¹⁰² AGAMBEN, Giorgio. Op cit. p. 80.

¹⁰³ ABDALLA, Guilherme de Andrade Campos. Op cit. p. 160.

O que aconteceu de fato nesse caso? Um homem sagrado, ou seja, pertencente aos deuses, sobreviveu ao rito que o separou dos homens e continua levando uma existência aparentemente profana entre eles. No mundo profano, é inerente ao seu corpo um resíduo irreduzível de sacralidade, que o subtrai ao comércio normal com seus semelhantes e o expõe à possibilidade da morte violenta, que o devolve aos deuses aos quais realmente pertence: considerado, porém, na esfera divina, ele não pode ser sacrificado e é excluído do culto, pois sua vida já é propriedade dos deuses e, mesmo assim, enquanto sobrevive, por assim dizer, a si mesma, ela introduz um resto incongruente de profanidade no âmbito do sagrado.¹⁰⁴

Essa contradição na qual se encontra o homem sacro (impunidade da matança e exclusão do sacrifício) é o que faz Agamben afirmar que a vida nua (ou sacra) é a vida além do sacro e do profano e, assim, é vida singularmente exposta (ou destinada) à morte.¹⁰⁵

A vida do *homo sacer* está, portanto, constantemente sujeita a um poder absoluto de morte, o poder soberano. Na obra de Agamben, a noção de soberano, não deve permanecer restrita às concepções modernas. Soberano é o poder que detém a decisão da exceção (a suspensão da lei), em outras palavras, que contém a decisão de tornar uma vida nua e vida matável. Deste modo, o *homo sacer* e poder soberano consistem em figuras simétricas, na medida em que o soberano é aquele “em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri* e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos”.

¹⁰⁶

Parece de suma relevância, então, examinar os significados de exceção e soberania, em razão de sua importância fundamental para a compreensão do horizonte biopolítico de Giorgio Agamben.

4.3. Soberania e Exceção

O jusfilósofo Carl Schmitt definiu o soberano como sendo “aquele que decide sobre o estado de exceção”¹⁰⁷, ou seja, quem define sobre a verificação, ou

¹⁰⁴ AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial. 2007. p. 69.

¹⁰⁵ ABDALLA, Guilherme de Andrade Campos. **O Estado de Exceção em Giorgio Agamben**: Contribuições ao Estudo da Relação Direito e Poder. 2010. p. 162.

¹⁰⁶ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 92.

¹⁰⁷ SCHMITT, Carl. **Teología Política**. Tradução de Francisco Javier Conde e Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009, p. 13

não, de um estado de necessidade extremo, bem como pondera os meios para saná-lo. Mesmo estando o conceito adequado à definição jurídica de soberania, de modo lógico-jurídico, os casos excepcionais¹⁰⁸ a que se destinam essa decisão não encontram-se descritos na ordem jurídica vigente, sendo definidos somente como possíveis riscos à existência do estado. Assim, os requisitos para definição de um estado de necessidade não podem ser apenas enumerados, posto que são ilimitados. Por esta razão, Schmitt afirma que o soberano se coloca fora da ordem jurídica normalmente vigente, mas permanece inerente a ela, visto que resguarda a competência para decidir sobre sua suspensão total.¹⁰⁹

O doutrinador alemão defende que a ordem jurídica repousa em uma decisão e não em uma norma. Deste modo, diante de uma situação de extrema necessidade, o soberano poderá suspender o direito para garantir a sua autoconservação, fazendo subsistir uma ordem, ainda que não-jurídica. Assim, em detrimento ao direito, o Estado permanece. Ainda, frisa-se que é a exceção tem um papel importante frente a uma situação normal, ao confirmar a regra e dar vida a esta.¹¹⁰

Verifica-se que a normalidade fática é condição necessária à validade imanente da norma, já que não exista norma que se aplique ao caos. O soberano é, portanto, aquele que decide em definitivo se a situação normal é dominante. Desde modo, todo o Direito apresenta-se como situacional, já que o soberano cria e garante a situação na sua completude, a partir de tal premissa, a decisão se diferencia da norma jurídica e autoridade comprova que não necessita ter razão ou direito para criar o próprio direito. Logo, o "Estado de exceção revela a essência da autoridade estatal."¹¹¹

Giorgio Agamben retoma a teoria de Carl Schmitt para ressaltar a situação paradoxal¹¹² que decorre da articulação entre estado de exceção e ordem jurídica,

¹⁰⁸ Schmitt define excepcional: "Lo excepcional es lo que no se puede subsumir; escapa a toda determinación general, pero, al mismo tiempo, pone al descubierto en toda su pureza un elemento específicamente jurídico, la decisión." SCHMITT, Carl. **Teología Política**. 2009, p. 18.

¹⁰⁹ TOEDTER, Renê. **Biopolítica e Direito**. 172 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2011. p. 105.

¹¹⁰ Ibidem, p. 105.

¹¹¹ Ibidem, p. 105.

¹¹² "O soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico". AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. 2014. p. 23.

na medida em que o que deve ser inscrito no direito é algo essencialmente exterior a ele; a suspensão da própria ordem jurídica.¹¹³

A discussão sobre a oposição entre norma e decisão, presente no texto de Schmitt é aprofundada pro Agamben. Para o doutrinador alemão, toda norma geral requereria "uma configuração normal das condições de vida nas quais ela deve encontrar aplicação segundo os pressupostos legais, e os quais ela submete à sua regulação normativa"¹¹⁴.

Agamben, deste modo, percebe que a decisão sobre o estado de exceção está voltada para a criação desta situação que torne possível a aplicação da norma. Segundo o filósofo italiano, o estado de exceção separa a norma de sua aplicação, para assim tornar possível a sua aplicação. Introduce, deste modo, uma zona de anomia no direito, para poder tornar possível a normatização efetiva do real.¹¹⁵ Em outras palavras, a aplicação de uma norma corresponde, em última análise, à suspensão de sua aplicação, à produção de uma exceção.¹¹⁶

Ao se ler a exceção como uma espécie de exclusão, pode-se afirmar que ela seria um caso singular, excluída, portanto, da norma geral. Destaca-se, no entanto, que o que está excluído não está totalmente fora da relação com a norma, já que a relação na forma de suspensão é mantida." A norma se aplica à exceção desapplicando-se, retirando-se desta"¹¹⁷. Assim, a exceção não pode ser resumida à simples exclusão, pois deve ser levado em conta aquilo que é "capturado fora"¹¹⁸. Verifica-se, desta maneira, que não é a exceção que subtrai a regra, mas é a regra que, ao ser suspensa, oportuniza a exceção, sendo apenas a partir desta relação que a exceção se constitui como regra e mantém relação com sua exterioridade.¹¹⁹

A situação criada a partir da exceção possui a particularidade de não poder ser definida nem como uma situação de fato e nem como uma situação de direito, mas institui entre estas situações um paradoxal limiar de indiferença. Não se trata de um fato pois é criada apenas pela suspensão da norma, sendo que é pela mesma razão que não se enquadra em um caso jurídico, ainda que abra a possibilidade de vigência da lei. Assim, aponta Giorgio Agamben:

¹¹³ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 23.

¹¹⁴ SCHMITT, Carl. **Teologia Política**. 2009, p. 18.

¹¹⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004. p. 59.

¹¹⁶ TOEDTER, Renê. **Biopolítica e Direito**. 2011. p. 107.

¹¹⁷ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 25.

¹¹⁸ Ibidem, p. 25.

¹¹⁹ TOEDTER, Renê. Op cit.. p. 108.

É este o sentido último do paradoxo formulado por Schmitt, quando escreve que a decisão soberana "demonstra não ter necessidade do direito para criar o direito". Na exceção soberana trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto, antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor. Ela é, neste sentido, a localização (Ortung) fundamental, que não se limita a distinguir o que está dentro e o que está fora, a situação normal e o caos, mas traça entre eles um limiar (o estado de exceção) a partir do qual interno e externo entram naquelas complexas relações topológicas que tornam possível a validade do ordenamento.¹²⁰

O caráter da pretensão soberana é, então, definido por aquilo que se aplica à exceção desapplicando-se, incluindo aquilo que está fora dela. A partir da figura do soberano emerge uma crítica de distinção nítida entre inclusão e pertencimento; dentro e fora; entre exceção e norma. Como indica Renê Toedter, trata-se, portanto, "daquilo que não pode ser incluído no todo ao qual pertence e não pertence ao conjunto no qual está desde sempre incluído".¹²¹

É por isso que, como observa Agamben, na obra de Carl Schmitt a soberania se apresenta na forma de uma decisão sobre a exceção. A decisão, nesse contexto, não consiste na expressão da vontade de um sujeito hierarquicamente superior a qualquer outro, mas representa a inscrição, no corpo do ordenamento jurídico, "da exterioridade que o anima e lhe dá sentido" O soberano, então, não decide entre lícito e ilícito, mas sim a implicação originária das pessoas na esfera jurídica.¹²²

A soberania funda-se sobre a ideia de "abandono", do que é excluído da situação originária e é aberto a todos. Assim, se a exceção é a estrutura da soberania, a soberania não consiste num conceito exclusivamente político, tampouco numa categoria exclusivamente jurídica, sequer numa potência externa ao direito (como propôs Schmitt) ou em uma *grundnorm* (como defendeu Kelsen): ela é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão.¹²³

A relação de exceção é, então, uma relação de bando. Quem foi banido não é simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado pela lei. Encontra-se, deste modo, exposto e colocado em risco no limiar em que a vida

¹²⁰ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 25.

¹²¹ TOEDTER, Renê. **Biopolítica e Direito**. 2011. p. 108.

¹²² AGAMBEN, Giorgio. Op cit. p. 33.

¹²³ Ibidem, p. 35.

e o direito se confundem. Assim, a relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o abandono.¹²⁴

Nas sociedades atuais é possível verificar uma crise generalizada de legitimidade, visto que a lei possui vigência, mas não exprime significado. Essa seria, por sua vez, a estrutura original da relação soberana, enquanto à crise que se vivencia emerge á luz desta relação. Nesse sentido, Agamben confirma a oitava tese de Walter Benjamin sobre a história, que indicava que "a tradição dos oprimidos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é a regra", ou seja, uma zona de indistinção entre lei e vida.¹²⁵

Um outro ponto essencial para se analisar a soberania é o estudo das polícias, presente em um curtíssimo ensaio do filósofo italiano, denominado de "Sovereign Police" (polícia soberana) e presente na coletânea "Means Without End", publicada no ano 2000.

Para Agamben, a polícia é a instituição pela qual a figura do soberano se mostra de modo mais evidente, em razão da proximidade e da troca quase constitutiva entre direito e violência. Se o soberano, como visto, é quem decide o ponto de indistinção entre o direito e a violência ao proclamar o estado de exceção, a polícia sempre opera dentro de um estado de exceção similar. Como indicara Walter Benjamin, as afirmações de que a finalidade da violência policial estão conectadas com a legislação em geral não são verdadeiras. Pelo contrário, a "lei" da polícia realmente define o ponto em que o estado, seja por impotência ou por conexões intrínsecas ao sistema legal não consegue mais garantir através da legislação os fins empíricos que deseja.¹²⁶

A entrada do conceito de soberania na figura da polícia, no entanto, não é totalmente reconfortante. Isso se mostra por um fato que ainda surpreende os estudiosos do Terceiro Reich: O extermínio de todos os que foram excluídos da humanidade civil e que foram taxados como criminosos só foi possível em um segundo momento. Somente após uma operação policial se pode eliminar os inimigos. Tal operação não é obrigada a cumprir regras jurídicas e não vê diferença

¹²⁴ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 36.

¹²⁵ TOEDTER, Renê. **Biopolítica e Direito**. 2011. p. 108.

¹²⁶ AGAMBEN, Giorgio. **Means Without Ends**. Minneapolis: Minnesota University Press. 2000. p. 103-104.

entre a população civil e soldados; entre povo e soberano.¹²⁷ Para a polícia, todos são, então, passíveis de lícita eliminação. Todos são vidas matáveis.

¹²⁷ AGAMBEN, Giorgio. **Means Without Ends**. 2000. p. 106.

5. DIREITOS HUMANOS E TANATOPOLÍTICA

O último capítulo do presente trabalho se destina a investigar a (talvez secreta) relação entre os direitos humanos e a tanatopolítica, o último desdobramento da biopolítica, a partir da qual os extermínios que conhecemos foram possíveis. Desse modo, o resgate da obra da filósofa judia Hannah Arendt, examinando a figura dos refugiados e dos apátridas e da relação entre direito e nacionalidade.

Para Giorgio Agamben, tanto os direitos humanos como os campos seriam pressupostos biopolíticos dos Estados ocidentais modernos, mantendo esses elementos íntima ligação com a exceção, fundamento principal do poder jurídico-político.

Cabe, assim, verificar o verdadeiro sentido da existência dos direitos humanos, o que confronta, indubitavelmente, com a percepção hegemônica de que esses seriam elementos essenciais para a preservação da vida.

5.1. Politização da Vida

No segundo capítulo de “Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua”, Agamben parte da figura do refugiado, trabalhada anteriormente por Hannah Arendt.¹²⁸ O refugiado, segundo Arendt, deveria ser quem encarnasse propriamente o homem de direitos, mas, ao invés disso, assinou a crise radical desse conceito. A concepção de direitos do homem baseada na suposta existência de um ser humano como tal, caiu em ruínas assim que aqueles que a defendiam encontraram-se diante de homens que haviam perdido todas as suas qualidades, “exceto o puro fato de serem humanos”. Afirma Hannah Arendt que: “O mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano.”¹²⁹

A catastrófica situação em que boa parte do continente europeu se encontrava no início do século XX provocou uma onda de pessoas fugitivas, que migraram antes e durante o período da primeira guerra mundial, permanecendo

¹²⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. 2014. p. 133..

¹²⁹ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p. 333.

com elas a constante de serem concebidas como incômodas, não sendo reconhecidos pelas nações em que se hospedavam. Como relatou Arendt,¹³⁰ "uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugio da terra".¹³¹

Ao final das sangrentas batalhas na Europa, uma série de Tratados de Paz foram feitos. Esses tratados, entretanto, eram elaborados pelos povos estatais, aqueles que eram maioria dentro dos territórios nacionais. As minorias, eram reconhecidas somente através dos Tratados de Minorias, e embora reconhecidas como exceções, consistiam cerca de 30% do continente, sendo protegidas de modo insuficiente.¹³²

No sistema Estado-nação, os direitos supostamente inalienáveis do ser humano encontram-se sem qualquer espécie de tutela e de qualquer realidade no mesmo instante em que não seja possível enquadrá-los como direitos dos cidadãos de um Estado.¹³³

Agamben afirma que Arendt não se aprofunda na relação entre os direitos do homem e o Estado nacional. Aponta o italiano que no segundo pós guerra, a ênfase instrumental sobre os direitos do homem e a multiplicação das declarações supranacionais impediram uma melhor compreensão do significado histórico deste fenômeno.¹³⁴ Assim, prossegue Agamben:

[...] é chegado o momento de cessar de ver as declarações de direitos como proclamações gratuitas de valores eternos metajurídicos, que tendem (na verdade sem muito sucesso) a vincular o legislador ao respeito pelos princípios éticos eternos, para então considera-las de acordo com aquela que e a sua função histórica real na formação do moderno Estado-nação. As declarações dos direitos representam aquela figura original da inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação. Aquela vida nua natural que, no antigo regime, era politicamente indiferente e pertencia, como fruto da criação, a Deus, e no mundo

¹³⁰ Em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt indica que "Desde o início surgia o paradoxo contido na declaração dos direitos humanos inalienáveis: ela se referia a um ser humano 'abstrato', que não existia em parte alguma, pois mesmo até os selvagens viviam dentro de algum tipo de ordem social." ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia Letras, 1998, p 325

¹³¹ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 1998. p. 300.

¹³² DIÓGENES, Francisco Bruno Pereira. **O que resta da Identidade entre Biopolítica e Tanatopolítica em Giorgio Agamben**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012. p. 87.

¹³³ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. 2014. p. 133.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 134.

clássico era (ao menos em aparência) claramente distinta como zoé da vida política (bíos), entra agora em primeiro plano na estrutura do Estado e torna-se aliás o fundamento terreno de sua legitimidade e da sua soberania.¹³⁵

A afirmação se evidencia, por exemplo, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Na presente declaração é possível verificar que é justamente a vida natural (e o puro fato do nascimento) que se apresenta como fonte e portador do direito. Por outra via, porém, a vida natural que, inaugurando a biopolítica da modernidade, é assim posta à base do ordenamento jurídico, dissipa-se no mesmo instante na figura do cidadão, no qual os direitos são conservados. Portanto, é precisamente por ter inscrito o elemento nativo no cerne da comunidade política que a declaração atribui a soberania ao Estado.¹³⁶

Giorgio Agamben defende que as declarações dos direitos devem ser vistas como o marco em que se efetua a passagem da soberania régia de origem divina à soberania nacional. São elas que asseguram a "exceptio" da vida na nova ordem estatal que sucederá após a queda do Ancien Régime.¹³⁷

Ainda, é também através das declarações que o súdito passa a ser cidadão, o que implica dizer que a vida nua torna-se pela primeira vez o fundamento da soberania. Os princípios da natividade e da soberania, separados no Antigo Regime, se unem, de maneira irrevogável, no corpo do "sujeito soberano" para constituir o fundamento do novo Estado-nação. Assim, só é possível compreender o desenvolvimento e a vocação nacional e biopolítica do Estado Moderno (séculos XIX e XX) a partir da premissa de que o homem como sujeito político livre não é o fundamento estatal, pois este está fundado, antes de tudo, na vida nua, no nascimento que, na passagem do súdito para cidadão, é investido pelo princípio soberano. Os direitos são, portanto, "atribuídos ao homem (ou brotam dele), somente na medida em que ele é o fundamento imediatamente dissipante [...] do cidadão". A cidadania consiste, portanto, na inscrição primária da vida na ordem estatal. É o novo estatuto da vida como origem e fundamento da soberania.¹³⁸

As ficções do nascimento e da nação, explorada pelas cartas de direitos do homem, entram em crise no início do século XX, principalmente no período pós-

¹³⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 134.

¹³⁶ Ibidem, p. 134.

¹³⁷ Ibidem, p. 135.

¹³⁸ Ibidem, p. 135-136.

primeira guerra mundial, quando emergem na Europa o fascismo e o nazismo, movimentos biopolíticos próprios, que fazem da vida natural o local da decisão soberana.¹³⁹

As ideologias do nazismo e do fascismo possuíam em sua essência os elementos "solo" e sangue" como constituintes da nacionalidade que servirá como base para a efetivação de políticas diversas. Essa fórmula, segundo Agamben, possui origem jurídica, pois se utiliza de critérios do direito romano, em específico do "ius soli" (nascimento em determinado território) e do "ius sanguini" (nascimento a partir de pais cidadãos). Tais conceitos ganharam maior importância após a revolução francesa, pois a partir desse evento, a cidadania não identifica mais apenas uma relação de sujeição, mas, como já citado, nomeia o estatuto da vida como fundamento da soberania. Assim, é possível afirmar que o nazismo e o fascismo redefiniram a relação homem-cidadão, pois tratam destes conceitos desde o contexto biopolítico.¹⁴⁰ Estes regimes totalitários foram alternativas à política de formação de estados, em que, uma vez que o território já não funcionava como substrato suficiente, houve uma necessidade de reformular o próprio conceito de território, ampliando-o ou reduzindo-o, de forma a criar espaços que não pertençam a território algum.¹⁴¹

Em suma, verifica-se que Agamben não compreende os direitos humanos como proteções contra a soberania, mas sim como ligações de poder que, desde a sua criação, objetivam constituir e regular indivíduos. Assim, ele discerne uma "solidariedade secreta" entre as políticas humanitárias e o poder soberano que essas parecem contestar. Por isso é que é através da inserção dos direitos humanos dentro do estado moderno que a vida é politizada, posta em contato com a soberania e, assim, sujeitada à regulação biopolítica.¹⁴²

O discurso dos direitos humanos aponta, portanto, o sujeito dos direitos humanos (o humano nos direitos humanos) como sagrado, no sentido de uma norma moral maior a ser respeitada. Os direitos humanos também apontam para uma relação entre os sujeitos políticos em um contrato social virtual, celebrado

¹³⁹ TOEDTER, Renê. **Biopolítica e Direito**. 2011. p. 89.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 89.

¹⁴¹ CÂMARA, Heloisa Fernandes. **Estado de Exceção entre o Direito e a Vida: Soberania, biopolítica e campos**. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas - Universidade Federal do Paraná, 2010, p. 118.

¹⁴² SCHAAP, Andrew.. **Human Rights**. In. MURRAY, Alex e WHITE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2011. p. 99.

entre pessoas supostamente livres e iguais. Ainda, concebe o espaço político como constituído através de uma organização racional do estado, em que o propósito legítimo seria a proteção dos próprios direitos humanos e de seus membros, o que, em uma perspectiva agambeniana, não passa de uma mistificação.¹⁴³

Destaca-se, em tempo, que o verdadeiro objeto da política não é a vida humana que o estado deveria proteger. Para Agamben, é como se uma "cumplicidade secreta fluísse entre a sacralidade da vida e o poder do direito".¹⁴⁴ Para o filósofo italiano (em conjunto com a argumentação de Hannah Arendt) a situação dos apátridas revela que o verdadeiro objeto dos direitos humanos é a vida nua.

5.2. O campo como paradigma e a tanatopolítica

Outro ponto essencial na obra de Giorgio Agamben é a sua perspectiva de que o campo de concentração constitui o "nómos do moderno". Para Agamben, o campo, não é uma experiência isolada da barbárie instaurada pelo regime nacional socialista germânico, mas é, pelo contrário, uma figura jurídico política inerente aos estamos modernos.¹⁴⁵

Para ele, o campo é tanto o campo de concentração no sentido literal, como os Auschwitz, os campos de refugiados ou o Campo Delta na Baía de Guantánamo, em Cuba, controlada pelo Exército estadunidense, assim como é uma compreensão teórica do modo como o estado de exceção se manifesta no espaço.¹⁴⁶

O político, portanto, não regula a vida e as normas em um espaço determinado, mas, ao invés, mantém em seu centro a "localização deslocadora", que cria espaços em que todas as formas de vida podem ser tiradas, assim como

¹⁴³ SCHAAP, Andrew.. **Human Rights**. In. MURRAY, Alex e WHITE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2011. p. 99.

¹⁴⁴ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 74.

¹⁴⁵ Segundo Castor Bartolomé Ruiz essa seria uma outra diferença entre os estudos de Agamben e Foucault, para quem a prisão constituiria o paradigma da anátomo-política moderna. RUIZ, Castor Bartolomé. **A Sacralidade da Vida Exceção Soberana, a testemunha e sua linguagem: (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben**. Cadernos IHU, ano 10, nº 39, 2012, p. 13

¹⁴⁶ MINCA, Claudio. **Camp**. In. MURRAY, Alex e WHITE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2011. p. 42.

todas as normas podem ser suspensas. O deslocamento do campo, é, assim, a matriz secreta da política moderna.

Para tal afirmação, o filósofo italiano resgata os estudos de Hannah Arendt, destacando a clareza com que a autora liga o nexos do domínio totalitário naquela condição particular da vida observada nos campos de concentração, embora não tenha levado em conta essa derivação política numa lógica biopolítica. Aponta também para a obra de Michel Foucault, ao afirmar que o teórico francês não analisou a relação jurídica responsável pelo vínculo da soberania biopolítica com os estados totalitários modernos, em especial o fascismo e o nazismo, impedindo-o de enxergar a relevância política do campo, posto que este vai muito além do paradigma moderno da prisão.¹⁴⁷

É dentro desse vácuo inexplorado entre o pensamento político de Hannah Arendt e de Michel Foucault que Agamben constrói sua teoria do campo como paradigma político moderno, revelando, assim, que o liame que conecta o *campo* com a *biopolítica*; o autoritarismo da *soberania* com as táticas da *governamentalidade* dos sujeitos é a captura da vida humana na forma de *exceção* jurídica, possibilitando, portanto, a criação da vida sacra e matável do *homo sacer*.

Em entrevista concedida recentemente, Agamben tratou sobre sua teorização do campo como *nómos* político moderno, como se verifica:

Em 1997, no primeiro volume de sua série Homo Sacer, você disse que o campo de concentração é a norma do nosso espaço político. De Atenas a Auschwitz...

Tenho sido muito criticado por essa idéia, que o campo tem substituído a cidade como o *nomos* (norma, lei) da modernidade. Eu não estava olhando para o campo como um fato histórico, mas como a matriz oculta da nossa sociedade. O que é um campo? É uma parte do território que existe fora da ordem jurídico-política, a materialização do estado de exceção. Hoje, o estado de exceção e a despolitização penetraram tudo. É o espaço sob vigilância CCTV [circuito interno de monitoramento] nas cidades de hoje, públicas ou privadas, interiores ou exteriores? Novos espaços estão sendo criados: o modelo israelense de território ocupado, composto por todas essas barreiras, excluindo os palestinos, foi transposto para Dubai para criar ilhas hiper-seguras de turismo...¹⁴⁸

¹⁴⁷ RUIZ, Castor Bartolomé, **A Sacralidade da Vida na Exceção Soberana, a testemunha e sua linguagem**: (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben. Cadernos IHU, ano 10, nº 39, 2012, p. 13.

¹⁴⁸ O Pensamento é a coragem do desespero. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/2014/08/28/agamben-o-pensamento-e-a-coragem-do-desespero/>> Acesso em 2 de Setembro de 2014 às 21h.

Os campos, portanto, não foram inventados pelos nazistas. Sua genealogia remete à origem do Estado moderno. A história mostra que a presença do campo como figura jurídico-política é uma constante. É a partir deste paradigma que foram criados os *campos de concentración* em Cuba entre os anos 1894 e 1898, assim como os *concentration camps* feitos pelos ingleses para confinar os holandeses na guerra dos boêres, ocorrida na África do Sul no período compreendido entre 1899 e 1902.¹⁴⁹

O filósofo Castor Bartolomé Ruiz também aponta para o fenômeno da escravidão, que em sua teorização compreende a "experiência biopolítica originária do Estado moderno", responsável por combinar a administração da vida produtiva com a tanatopolítica da morte exemplar.¹⁵⁰

Assim, a escravidão reduz a vida humana a mero recurso natural, degradando-o até o último nível. Assim, levando em consideração a definição agambeniana de que o campo é o espaço onde a exceção se torna a norma, as senzalas seriam as primeiras experiências de campo criadas pelos Estados modernos, vez que consistiam em espaço físico e demográfico onde a norma é a exceção, existindo fora do direito, mas sendo, antes de tudo, consentida por ele. Trata-se, assim, de um quinhão de território posto fora do ordenamento jurídico normal: de um espaço onde ocorre a exclusão inclusiva da vida humana.¹⁵¹

São nos campos, ou seja, nesses espaços em que a exceção se faz norma, a partir de uma localização deslocadora, que a tanatopolítica, isto é, as políticas da morte, face última da biopolítica, tornam-se possíveis.

Conclui-se, deste modo, que o nexo entre a criação dos campos e as políticas de extermínio da vida humana, ainda que em potencial são os direitos humanos, responsáveis, como relatado supra, por incluir a vida biológica na esfera política, sujeitando-a à decisão soberana.

Em outras palavras, é esta a premissa que permite guerras em nome da proteção de direitos, assim como a criação de dispositivos, tais quais o cárcere ou a polícia, cuja norma a ser seguida é a própria exceção.

É então, tempo de fazer cessar as declarações de direitos humanos como proclamações de eternos valores metajurídicos que, em tese, vinculariam o

¹⁴⁹ RUIZ, Castor Bartolomé, **A Sacralidade da Vida na Exceção Soberana, a testemunha e sua linguagem:** (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben. 2012. p. 14.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 15.

¹⁵¹ Ibidem, p. 17.

legislador, de modo a fazer proteger princípios universais, posto que a história nos ensina que os direitos são atribuídos somente na medida em que aumenta o grau de cidadania. E nós somos (quase) todos *homo sacers*.¹⁵²

¹⁵² AGAMBEN, Giorgio. **Means Without Ends**. Minneapolis: Minnesota University Press. 2000. p. 20.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou investigar as bases teóricas da biopolítica, conceito cada vez mais presente nas discussões acadêmicas, constantemente analisado pelos maiores nomes da filosofia contemporânea ocidental.

Constantemente é possível verificar a utilização do presente conceito de modo irresponsável, ignorando premissas teóricas básicas e possibilitando, assim, análises contraditórias sobre o tema.

Deste modo, busca-se, com esta monografia, possibilitar um primeiro acesso à este novo horizonte teórico criado por Michel Foucault e continuado, principalmente, por Giorgio Agamben, refletindo concisamente um grande número de textos, por vezes não traduzidos ao português.

Resgatou-se, inicialmente, a utilização da presente terminologia em sentidos totalmente diversos, que perpassaram da religião à ecologia, sem qualquer vínculo com a obra de Foucault, com a finalidade de diferenciar e deixar claro a inovação do teórico francês, ainda que a palavra não fosse inédita.

Em relação à obra de Michel Foucault, observou-se uma série de textos (principalmente os Cursos proferidos no Collège de France), além de alguns comentadores de sua obra, como Thomas Lemke e Paul Rabinow. Estudou-se, assim, a análise de Foucault em relação a administração da vida humana em seu aspecto biológico, em nível individual e coletivo, iniciando pelo controle em relação à sexualidade (e ao sexo), assim como o racismo e a necessidade de purificação do corpo social, a ligação da biopolítica com a economia político liberal e as possibilidades de resistência.

No que toca a obra de Agamben, estudou-se os principais conceitos do filósofo italiano em seu trabalho "biopolítico", investigando suas noções de vida nua, *homo sacer*, estado de exceção e de campo.

Por fim, ainda no horizonte agambeniano, verificou-se a crítica quanto aos direitos humanos, posto que estes são o que permitem a inclusão da vida na esfera da política, sendo o que possibilita, portanto, a biopolítica.

Conclui-se, deste modo, que a obra de Agamben está intimamente ligada ao trabalho de Michel Foucault, embora as análises do biopoder estejam direcionadas para polos diversos.

É preciso lembrar que Michel Foucault, embora tenha a problemática do "poder" presente em quase toda sua obra, nunca se pretendeu um teórico do poder, de modo a buscar definir essência deste a partir de características universais. Buscou, sempre, compreender o poder microfísico, não vinculado a uma ideia de Estado, mas presente nos capilares das relações sociais entre pessoas, nas famílias, prisões e hospitais. Tratou de estudar o feixe de poder para além das estruturas de governo. O poder para Foucault, não pertenceria ou emanaria de uma instituição ou de um aparelho e tampouco seria oriundo da lei, posto que sua forma é a do jogo e não a da regra.¹⁵³

Agamben, por sua vez, retoma o conceito de soberania proposto por Carl Schmitt, trabalhando, assim, a biopolítica desde a exceção, problematizando os campos de concentração e os direitos humanos, matérias claramente conectadas aos Estados modernos.

Entretanto, embora divergentes em vários aspectos, os conceitos de biopolítica apresentados por ambos pensadores não são necessariamente excludentes entre si. Tome-se por exemplo o que se passa no território israelense, em especial nas proximidades da Faixa de Gaza: Ao mesmo tempo em que decisões políticas criam campos onde a exceção vira norma, possibilitando a matança de seres humanos em razão da *sacralidade* de suas vidas, o racismo de Estado faz se presente no corpo social, buscando sua purificação constante e a sua consequente homogeneização, culminando no controle da sexualidade e da natalidade ao obrigar mulheres judias negras a tomarem anticoncepcionais.¹⁵⁴

O que se pretende com a sucinta análise da situação (bio) política em Israel, é observar que a inserção da vida na política ocorre tanto nos capilares do poder, como decorre de decisões políticas. Parece, assim, ser necessário investigar a presente relação entre biopolítica, micro e microfísica, de modo a estudar os efeitos de uma na outra.

Em relação à teorização dos campos feita por Giorgio Agamben, os quais seriam o verdadeiro "paradigma biopolítico do moderno" ¹⁵⁵, também não parece antagônico ao "panóptico", paradigma político proposto por Michel Foucault. O

¹⁵³ BORGES, Clara Maria Roman. **Jurisdição e Normalização**: Uma análise foucaultiana da jurisdição penal. 200 f. Tese (Doutorado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. p. 74.

¹⁵⁴ Limpeza étnica em Israel. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/12072>> Acesso em 9 de outubro de 2014 às 14h.

¹⁵⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2014. p. 115.

campo se faz necessário para que o soberano opere o controle da vida humana em situações extremas, sendo uma técnica para extermínio dos indesejáveis. Entretanto, a figura do campo não parece se aplicar no modelo biopolítico normalizador da vida produtiva, necessária ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Assim, cada um dos paradigmas consegue explicar a lógica operativa em controles diferentes da vida humana. Enquanto o paradigma panóptico pretende explorar a potência produtiva do ser humano, os espaços de exceção objetivam neutralizar possíveis potências subversivas. Logo, ambos são dispositivos biopolíticos modernos que funcionam em contextos distintos.¹⁵⁶

É necessário, ainda, mencionar a atualidade do cenário biopolítico. De um lado, os avanços tecnológicos permitem um controle cada vez mais pormenorizado da vida humana em seu nível biológico, moldando e normalizando, a partir daí, as subjetividades.

Do outro lado, a vida humana encontra-se cada vez mais exposta ao abandono, de modo que quase todos nós somos *homo sacers* em potencial. Ainda, o campo, como noção de "localização deslocadora" é observado hodiernamente em insurgências populares, do mesmo modo como esses lugares em que a exceção é a norma parecem eternizados em Guantánamo e nas prisões brasileiras.

Assim, enquanto a vida for controlada, normalizada ou exposta à exceção, novas formas de resistência deverão ser desenvolvidas. É preciso enxergar que, enquanto a vida for objeto da política, seremos sempre mulheres e homens sacros. Assim, resta, em cada um de nós, um prisioneiro de Guantánamo, um encarcerado de Pedrinhas ou um mendigo.

Conclui-se, portanto, que, como defendia Michel Foucault, o dever de cada um de nós reside em mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que imaginam, assim como é necessário defender que nenhuma vida deve, sob nenhuma hipótese, ficar a mercê de cálculos ou decisões.

¹⁵⁶ RUIZ, Castor Bartolomé, **A Sacralidade da Vida na Exceção Soberana, a testemunha e sua linguagem:** (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben. Cadernos IHU, ano 10, nº 39, 2012, p. 20.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Guilherme de Andrade Campos. **O Estado de Exceção em Giorgio Agamben**: Contribuições ao Estudo da Relação Direito e Poder. 224 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.

_____. **Homo Sacer**: O Poder Soberano e a Vida Nua. Tradução de Henrique Burgo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Means Without Ends**. Minneapolis: Minnesota University Press. 2000.

_____. **Profanações**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial. 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

AYUB, João Paulo. **Poder, Biopolítica e Governamentalidade em Foucault**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BARBOSA, Jonnefer. **A Crítica da Violência de Walter Benjamin**: Implicações histórico temporais do conceito de reine Gewalt, In Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 25, n. 37, jul./dez. 2013.

BENJAMIN, Walter. **Para Uma Crítica da Violência**. In. Escritos sobre Mito e Linguagem (1915-1921). GAGNEBIN, Jeanne Marie (Org.). Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. 2011.

BORGES, Clara Maria Roman. **Jurisdição e Normalização**: Uma análise foucaultiana da jurisdição penal. 200 f. Tese (Doutorado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

CÂMARA, Heloisa Fernandes. **Estado de Exceção entre o Direito e a Vida: Soberania, biopolítica e campos**. 175 f. .Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas - Universidade Federal do Paraná, 2010.

CASTRO, Edgardo. Biopolítica: orígenes y derivas de un concepto. In.____. **Biopolítica, Gubernamentalidad, Educación, Seguridad**, Buenos Aires: UNICEP, 2011.

DE BOEVER, Arne. **Bios**. In. MURRAY, Alex e WHITE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2011.

DIAS, Rebeca Fernandes. **Vida e Direito: Poder, subjetividade no contexto biopolítico**. 293 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas - Universidade Federal do Paraná, 2007.

DIÓGENES, Francisco Bruno Pereira. **O que resta da Identidade entre Biopolítica e Tanatopolítica em Giorgio Agamben**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999,

_____. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HACHEM, Daniel e PIVETTA, Saulo Lindofer. **A Biopolítica em Michel Foucault e Giorgio Agamben: O Estado, a Sociedade de Segurança e a Vida Nua**. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 340-361, jul./dez. 2011.

LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. New York: New York University Press, 2011.

MILLS, Catherine. **The Philosophy of Giorgio Agamben**. Montreal: Mc-Gills Queen's University Press, 2008.

MINCA, Claudio. **Camp**. In. MURRAY, Alex e WHITE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2011.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RUIZ, Castor Bartolomé, **A Sacralidade da Vida na Exceção Soberana, a testemunha e sua linguagem:** (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben. Cadernos IHU, ano 10, nº 39, 2012.

SCHAAP, Andrew. **Human Rights**. In. MURRAY, Alex e WHITE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2011.

SCHMITT, Carl. **Teología Política**. Tradução de Francisco Javier Conde e Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

TOEDTER, Renê. **Biopolítica e Direito**. 172 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2011.

Internet

Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro: Entrevista com Giorgio Agamben. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/08/31/deus-nao-morreu-ele-tornou-se-dinheiro-entrevista-com-giorgio-agamben/>> Acesso em 17/07/2014.

Limpeza étnica em Israel. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/12072>> Acesso em 9 de outubro de 2014.

O Pensamento é a coragem do desespero. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/2014/08/28/agamben-o-pensamento-e-a-coragem-do-desespero/>>